

ANEXO II

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER – REALIZADA NOS DIAS 04 E 05 DE SETEMBRO DE 2012

APRESENTAÇÃO

Balanco SEMESTRAL da Gestão – (Fev/Agosto 2012)

Secretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas/SPM

Secretária Vera Soares

Bem, eu queria dizer que a maioria das ações em relação com os ministérios, a ministra apontou, então eu vou fazer alguns comentários, algumas questões que acho relevante da coordenação transversal da minha secretaria. Bem, a primeira coisa, acho que a ministra anunciou na reunião do conselho anterior, foi a inauguração de uma nova coordenação da secretaria que é a Coordenação de Diversidade e a *Lourdinha Rodrigues* que é a nossa Coordenadora. É uma coordenação nova, mas que já iniciamos uma porção de atividades no dia vinte e nove de agosto. Foi um dia que se referencia às mulheres lésbicas, teve uma série de atividades em vários estados, num seminário que houve sobre a questão de HIV, AIDS, teve uma atividade do Ministério da Saúde. Teve uma atividade própria lá. A coordenadora também foi em uma atividade grande no Piauí. Ao mesmo tempo estão trabalhando com as meninas e mulheres com deficiência. Mulheres com deficiência têm uma conferência internacional. Nós estamos junto com a SDH e o Ministério do Desenvolvimento Social preparando um documento. Mulheres ciganas e indígenas com a FUNAI, estamos preparando exatamente um fórum e um trabalho conjunto. E na questão do envelhecimento, então, nós já temos participado em várias atividades. A Secretária-Executiva Lourdes Bandeira já esteve numa Audiência na Câmara Federal, e nós estamos incidindo junto, em conjunto com a Secretaria de Direitos Humanos, no sentido de trocar um pouco os nomes. E nós temos o Código do Idoso e nós temos uma Coordenação do Idoso e nós temos uma Política Nacional do Idoso. Então, nós estamos indo para uma Audiência Pública no Senado agora em setembro, exatamente para

33 ao mesmo tempo chamar atenção para a necessidade de estabelecer políticas
34 muito efetivas em relação a questão do envelhecimento. O novo senso mostrou
35 que a transição demográfica do país é uma coisa profundamente acelerada, o
36 que os países na Europa demoraram cem anos para fazer a transição, o Brasil
37 fez em uma década na sua transição demográfica. Isso implica a necessidade
38 de um olhar específico em relação a questão do envelhecimento. Então nós
39 estamos propondo trocar além de fazer um conjunto de propostas para as
40 mulheres, tendo em vista que nós somos a maioria nesse processo de
41 envelhecimento, e trocar o nome para o então Estatuto da Pessoa Idosa. A
42 Coordenação da Pessoa Idosa, a Política Nacional da Pessoa Idosa. Ao fazer
43 essa discussão no sentido exatamente podemos justificar uma série de
44 questões. Então essa é uma Coordenação da Diversidade nova, mas que tem
45 uma Coordenadora que já tinha uma atuação extremamente importante
46 principalmente voltada para a sua representação no Conselho Nacional de
47 Saúde. Ela está trocando o chapéu, mas já desempenha super bem as suas
48 funções de coordenadora. Na área da saúde eu acho que nosso tema é o
49 tema... Aqui estou sentada ao lado da pessoa que foi responsável pelo
50 estabelecimento e implementação no Ministério da Saúde em relação à saúde
51 integral da mulher. O que eu queria chamar a atenção é só a discussão e a
52 disponibilidade que nós encontramos na OPAS de desenvolver uma parceria
53 bastante aberta. Nos procuraram, recebeu a ministra, veio aqui o representante
54 residente. Nós estamos num processo de definição dessa parceria e todas as
55 atividades relacionadas à **Rede Cegonha**, e junto com a secretaria da questão
56 nacional de enfrentamento à violência, nós temos um conjunto de atividades no
57 que se refere ao que a Secretária Aparecida falou, está dentro do pacto e
58 enfrentamento às mulheres vítimas de violência e também toda a questão de
59 transmissão de HIV e AIDS. E, aliás, é um esforço também no sentido do
60 Ministério da Saúde transformar e fortalecer uma política que foi lançada, acho
61 que em 2006, que era o enfrentamento ao aumento do HIV e AIDS entre as
62 mulheres. E ela ficou um pouco adormecida e a gente está querendo fortalecer
63 essas ações. Eu queria chamar atenção também e avisar a vocês, a gente
64 agora passando para área de educação, já é uma tradição que realizamos
65 junto com o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério do
66 Desenvolvimento Agrário, que é um edital junto ao CNPQ. Eu chamo atenção

67 desse edital, porque além dele ser o quarto edital, a cada dois anos a gente
68 lança edital, e ele tem o valor esse ano de oito milhões de reais. O MCTI entra
69 com três milhões, o MDA com dois e a SPM com três também. Este valor é
70 considerado no CNPQ um valor alto para editais de pesquisa. Então, ele vai ser
71 lançado agora no dia dezanove de setembro, e ele é voltado principalmente
72 para as pessoas que estão nas universidades, nos núcleos de pesquisa, e a
73 gente trás uma novidade, várias novidades em relação a esse edital, tanto no
74 sentido de definir alguns eixos temáticos prioritários que obviamente tem uma
75 liberdade acadêmica das pesquisadoras apresentarem os vários temas que
76 estão envolvidos no Plano Nacional de Políticas para Mulheres. Esse ano a
77 agente definiu cinco prioridades temáticas e ao mesmo tempo também
78 transformamos um pouco os valores, aumentamos os valores dos projetos e
79 também introduzimos uma coisa que não tinha nos editais anteriores que é a
80 questão de bolsa para os alunos. Isso era uma demanda de vários
81 pesquisadores e pesquisadoras. E vamos fazer ao final do edital, essa é a
82 outra novidade, um seminário com as gestoras. Quando os dados tiverem
83 quase prontos, aí obviamente vamos chamar também representantes do
84 Conselho Nacional daqui, representantes para estarem conosco nesse
85 seminário e se apropriarem e certificar aonde que andam essas pesquisas. Eu
86 queria chamar atenção também para outro esforço que nós estamos fazendo.
87 A SPM tem dois cursos à distância, um voltado para professores e outro
88 voltado para gestores. Nós temos uma preocupação que eu acho que vai dirigir
89 muito as nossas ações no próximo ano que é o fortalecimento das instâncias
90 governamentais para a execução da política. Ou seja, são as secretarias, são
91 as coordenadorias. Ela tem vários nomes que ela acontece no município. Se a
92 gente não tiver essas instâncias fortalecidas e elas existirem com condições,
93 com infraestrutura, a nossa política inclusive, a gente tem uma conversa junto
94 com a Secretaria de enfrentamento à violência, a própria realização do pacto e
95 também todas as políticas não e referem a construção da igualdade das
96 mulheres, ela acaba não se realizando nos estados e nos municípios. Então
97 hoje a gente tem dessas instâncias governamentais, nós temos das vinte e
98 sete capitais, elas estão em vinte e quatro. Agora, nos municípios em torno de
99 quatrocentos, mas é muito pouco ainda tendo em vista o número de
100 municípios. Então, nós precisamos fazer um plano e uma ação integrada com a

101 secretaria da violência no sentido de ao mesmo tempo fortalecer os
102 organismos existentes e ao mesmo tempo ampliar para todas as capitais,
103 ampliar para todas as cidades que podem ser pólo naquela região, naquele
104 Estado. Então, no próximo ano, não sei se é o caso da gente discutir aqui, mas
105 nós vamos, em fim, esperamos contar com a colaboração e ação do Conselho
106 Nacional dos direitos da mulher no sentido de nos ajudar nessa construção
107 dessas instâncias nos estados e municípios. No ano que vem, toda a nossa
108 estrutura de convênios, coisa desse tipo, vai dar uma prioridade bem grande
109 para isso. Ao mesmo tempo nós reconhecemos também que há uma
110 dificuldade do próprio entendimento do que se trata quando nós estamos
111 dizendo de políticas para mulheres. Nós temos um desafio extremamente
112 grande que não se trata de... Nós estamos falando de uma política para
113 mulheres para construir a igualdade, portanto, para enfrentar um conjunto de
114 estereótipos e de papéis destinados às mulheres. Nós não queremos que a
115 políticas nos estados e municípios reproduzam todos esses. Então também
116 precisamos formar esses gestores. Estamos em contato com a Escola Nacional
117 de Administração Pública que é a ENAP e esperamos podermos negociar em
118 breve, de modo a oferecer um curso de gestão para todos os municípios e
119 capitais; para todos os gestores e esperamos resolver isso bastante em breve.
120 Eu queria chamar atenção naquilo que a Ministra já tinha falado que é colocar
121 em prática as recomendações da CEDAW no que se refere ao caso da Aline.
122 Todo mundo sabe o caso da Aline, foi uma morte materna que aconteceu em
123 2002 no Estado do Rio de Janeiro. Esse caso foi levado, teve um mal
124 atendimento na cidade dela de Belchior Roxo. Depois um mal atendimento na
125 cidade de Nova Iguaçu e esse caso foi levado a CEDAW e a CEDAW
126 estabeleceu um conjunto de recomendações. O Governo Brasileiro recebeu
127 essas recomendações em 2011, embora já tenha sido notificado antes em
128 2008 em relação a esse caso que foi então levado à CEDAW, eu acho que
129 estamos dando um passo extremamente importante, e eu faço questão de
130 tratar disso aqui, porque as recomendações da CEDAW, elas não tem essas
131 recomendações vinculantes como tem, por exemplo, a corte Latino Americana.
132 Ela é uma recomendação. Então, nós ficamos bastante tempo discutindo de
133 que maneira a obrigatoriedade e de certa forma o vínculo obrigatório do Brasil
134 seguir as recomendações da CEDAW. Bom, depois de uma longa discussão

135 em várias instâncias, o Governo Brasileiro reconhece a decisão da CEDAW
136 como vinculante, mas, enfim, vai obedecer as recomendações da CEDAW. Nós
137 consideramos que desde de 2002 até 2012 houve um avanço em relação às
138 políticas de enfrentamento a mortalidade materna, entretanto, há inúmeras
139 questões que devem ser tratadas ainda e este é um caso emblemático, e,
140 portanto, nós estamos constituindo, deve ser anunciado nessa semana um
141 grupo. Nós estamos trabalhando informalmente, mas é um grupo
142 interministerial, e hoje à tarde nós vamos iniciar um processo de negociação
143 com as petionarias no sentido do ressarcimento econômico conforme foi a
144 recomendação da CEDAW. Até a gente chegar a todas as decisões, tem
145 demorado um pouco. O movimento de mulheres a nível nacional e
146 internacional tem ajudado nessa pressão, faz uma série de críticas ao Governo
147 Brasileiro. Nós entendemos a justiça disso e estamos tentando agora resolver
148 definitivamente e achamos que politicamente é correta essa decisão e faltava
149 uma concepção jurídica do caso. Obrigada.